

Reforma da Federação

* IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Estou cada vez mais convencido de que a Federação brasileira não cabe no PIB. AS 5.500 entidades federativas geram despesas maiores do que a sociedade pode suportar, absorvendo todo o esforço nacional na manutenção de estruturas políticas arcaicas, inúteis e multiplicadas por milhares de espaços ocupados pelo corporativismo insensível e pelos políticos interessados apenas na manutenção do poder.

Os jornais noticiaram, nos últimos dias, que quase todos os Estados gastam com mão-de-obra mais de 60% das receitas, estando a União falida, os 26 Estados falidos, o Distrito Federal falido e os 5.525 Municípios falidos.

De qualquer forma, o brasileiro recolhe quase 250 bilhões de dólares por ano de tributos exclusivamente para pagar essa máquina que não presta serviços públicos ou, quando os presta, presta-os de má qualidade. A vocação natural do Estado nacional deveria ser ofertar segurança pública, saúde, educação, previdência, assistência social à sociedade, além de razoável administração de justiça, visto que arrecada 31% do PIB, que é percentual elevadíssimo para país emergente, até porque tais países têm uma carga tributária média de 20%.

É que nos Estados emergentes, a carga tributária é menor porque a sociedade se autopresta serviços públicos. Nas nações civilizadas, a carga tributária é maior (entre 30 e 40%), mas o Poder Público serve adequadamente ao povo, atendendo-o em suas necessidades essenciais.

Ora, o Brasil tem carga tributária de país civilizado e presta serviços públicos de país emergente, com o que a empresa brasileira perde competitividade perante uns e outros, pois é mais onerada do que as empresas dos dois tipos de nações.

É tudo isto porque os políticos necessitam da criação de novas entidades federativas para terem representação e a Constituição de 1988 abriu fantásticos espaços para tais aspirações menores. Transformou em Estados dois territórios federais, que deveriam continuar como territórios federais, por não terem densidade econômica própria de auto-sustentação, com o que abriu campo para o surgimento de novos cargos políticos, e permitiu a criação incondicionada de Municípios. Hoje, 9 anos depois, o número



de Municípios é 30% maior, com o conseqüente aumento de instituições políticas e administrativas a serem suportadas pelo mesmo povo, pela mesma sociedade.

Quando do lançamento do Plano Real, em Dezembro de 1993, o Ministro Fernando Henrique apostou na nivelção de todos os índices corretivos da inflação a um só para transformar a moeda de conta em moeda de pagamento (criação da URV em Março e o Real em julho de 1994), mantendo reservas cambiais elevadas para evitar especulações e zerando o "déficit" público obtido naquele mês, com uma carga tributária nacional de apenas 27%.

Hoje, a carga tributária é de 31%, mas o "déficit" reapareceu e se estende por todas as 5.500 entidades federativas, inclusive a União. Há uma dívida interna de 200 bilhões, além de uma dívida de quase 100 bilhões repassada dos Estados, sobre ser a dívida externa de 170 bilhões, aproximadamente. Acresce-se "déficit" público preocupante, além de "déficit" nas contas externas e na balança comercial, que cresce assustadoramente. É de se lembrar, ainda, a indisciplina da vida orçamentária das falsas entidades federativas - criadas apenas para sustentar políticos -

que são mantidas por recursos retirados de outras entidades.

Estou convencido de que as reformas tributária, administrativa, previdenciária, política e do Judiciário são reformas de perfumaria constitucional, visto que, se não houver um encolhimento da Federação - permitindo que permaneçam como Estados apenas aquelas unidades com densidade econômica própria e retornando à condição de territórios federais, sem custo político maior, todas as demais que dependem de recursos de outras entidades - não haverá saída para a crise financeira do país. Necessário seria também a reincorporação de Municípios sem condições de se manterem com receitas próprias aos Municípios de que se desmembraram, para reduzir o custo político sobre a população. Se a Federação não encolher para caber dentro do PIB, não há reforma que salve o Brasil. O Brasil estará condenado a aumentar sempre a imposição fiscal para gáudio dos políticos e do corporativismo, beneficiando os produtos estrangeiros, que não sofrem carga tributária cumulativa, e gerando desemprego e sucateamento do parque nacional, sufocado pelas saúvas de tributos, que são as entidades federativas.

Há muito venho dizendo que a Federação tem que encolher. Como fazê-lo, porém, se quem governa o país é a minoria da população que detém a maioria do Congresso, sendo que esta maioria política, que representa a minoria da sociedade, é oriunda exatamente dos Estados que não têm condições de auto-sustentação e que, se fossem territórios federais, não lhe ofertaria espaço para "dirigir" o país, através do Congresso Nacional?

Enquanto a Federação não diminuir, o país não sairá da crise. Será todavia, que a maioria dos políticos que representa a minoria do país tem interesse em que o país saia da crise?

Professor Emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo

**Anúncio no
Perfil Econômico**

Fone: 223-8715